
Angico Energias Renováveis S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Angico Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Angico Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

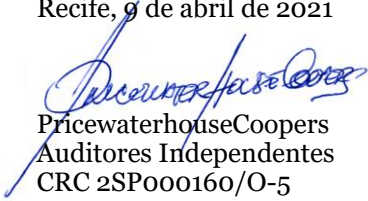
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

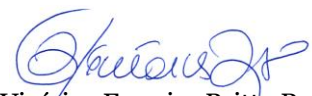
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 9 de abril de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Angico Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	9.089	11.764	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	4.598	3.398
Contas a receber (Nota 8)	3.925	4.381	Passivos de arrendamento (Nota 13)	158	153
Impostos a recuperar	6	7	Fornecedores (Nota 11)		4.339
Adiantamentos a fornecedores		29	IRPJ e CSLL a recolher	304	178
Despesas antecipadas	32	164	Obrigações tributárias (Nota 14)	280	442
	<u>13.052</u>	<u>16.345</u>	Dividendos (Nota 15)	1.891	1.457
			Conta de ressarcimento CCEE		795
			Partes relacionadas (Nota 9)	102	140
				<u>7.333</u>	<u>10.902</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	74.093	76.676
Caixa restrito (Nota 7)	2.599	2.570	Passivos de arrendamento (Nota 13)	2.574	2.547
Partes relacionadas (Nota 9)	2.674	5.348		<u>76.667</u>	<u>79.223</u>
	5.273	7.918			
Imobilizado (Nota 10)	119.458	123.342	Total do passivo	84.001	90.125
Intangível	83	85	Patrimônio líquido (Nota 15)		
	<u>124.814</u>	<u>131.346</u>	Capital social	50.988	52.888
			Reserva legal	705	307
			Reserva de lucros	2.173	4.370
				<u>53.866</u>	<u>57.565</u>
Total do ativo	137.866	147.690	Total do patrimônio líquido	53.866	57.565
			Total do passivo e do patrimônio líquido	137.866	147.690

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 16)	22.874	21.947
Custos de operação (Nota 17)	<u>(6.580)</u>	<u>(5.709)</u>
Lucro bruto	<u>16.294</u>	<u>16.238</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(3.164)	(1.835)
Outras receitas (Nota 19)	<u>611</u>	<u></u>
Lucro operacional	<u>13.741</u>	<u>14.403</u>
Receitas financeiras (Nota 20)	98	271
Despesas financeiras (Nota 20)	<u>(4.772)</u>	<u>(3.906)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(4.674)</u>	<u>(3.635)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>9.067</u>	<u>10.768</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	<u>(1.105)</u>	<u>(680)</u>
Lucro líquido do exercício	<u><u>7.962</u></u>	<u><u>10.088</u></u>
Lucro por ações do capital social no fim do exercício – R\$	<u>15,62</u>	<u>13,97</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>7.962</u>	<u>10.088</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.962</u></u>	<u><u>10.088</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2019	<u>52.888</u>			<u>(3.954)</u>	<u>48.934</u>
Lucro líquido do exercício				10.088	10.088
Reserva legal (Nota 15)		307	4.370	(4.677)	
Dividendos (Nota 15)				(1.457)	(1.457)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>52.888</u>	<u>307</u>	<u>4.370</u>		<u>57.565</u>
Redução de capital (Nota 15)	(1.900)				(1.900)
Lucro líquido do exercício				7.962	7.962
Reserva legal (Nota 15)		398		(398)	
Dividendos adicionais (Nota 15)			(4.370)	(3.500)	(7.870)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 15)				(1.891)	(1.891)
Transferência entre reservas			2.173	(2.173)	
Em 31 de dezembro de 2020	<u>50.988</u>	<u>705</u>	<u>2.173</u>		<u>53.866</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>9.067</u>	<u>10.768</u>
Ajustes de		
Juros e variações monetárias (Nota 20)	4.655	3.684
Depreciação (Nota 10)	3.974	3.915
Amortização	2	4
Variações de ativos e passivos		
Clientes	456	(2.176)
Impostos a recuperar	1	(1)
Adiantamento a fornecedores	29	44
Despesas antecipadas	132	(81)
Contas de ressarcimento - CCEE	(795)	(1.920)
Fornecedores	(4.339)	(9.137)
Salários e encargos sociais		(158)
Obrigações tributárias	(36)	280
Caixa gerado pelas operações	<u>13.146</u>	<u>5.222</u>
Juros pagos (Nota 12)	(2.356)	(3.117)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.105)	(680)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>9.685</u>	<u>1.425</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito (Nota 7)	(29)	(606)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	2.674	(1.906)
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas		(5.348)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>2.645</u>	<u>(7.860)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Devolução de empréstimos (Nota 12)	(1.000)	
Redução de capital (Nota 15)	(1.900)	
Captação de empréstimos com pessoas ligadas	(38)	(894)
Dividendos pagos (Nota 15)	(9.327)	
Pagamentos de arrendamento (Nota 13)	(161)	(156)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 12)		17.119
Pagamento de fiança	(2.579)	(2.702)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>(15.005)</u>	<u>13.367</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	<u>(2.675)</u>	<u>6.932</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.764	4.832
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.089	11.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Angico Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 23 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento.

A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento.

O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica.

Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A.

Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia.

A Companhia possui junto à ANEEL, através da portaria N° 46 de 2 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

<u>UFV</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Potência total MW</u>	<u>Garantia física MW médio</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 9 de abril de 2021.

a) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 13 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R\$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 “Combinação de Negócios”
- Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) “Arrendamentos”

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e em suas demonstrações financeiras.

Porém, como a Usina Solar Fotovoltaica já estava em operação comercial, anteriormente ao início da Pandemia, e por ser considerada atividade essencial, a Companhia não teve grandes impactos e não precisou aderir a nenhum dos programas aprovados e publicados pelo Governo.

Como fato extraordinário, ocorreu apenas suspensão dos pagamentos da dívida, referente ao Contrato de Financiamento junto ao Banco do Nordeste (Nota 12).

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Banco do Nordeste do Brasil – BNB, aprovou, em março de 2020, e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas que tinham por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus no Brasil.

Uma das medidas, foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNB, medida conhecida no mercado como *standstill*.

A Companhia já retornou com a realização do pagamento dos encargos e da parcela principal desde janeiro de 2021.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem.

(ii) Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(iii) Valor justo do passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2018, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira.

Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanham a execução das operações e definem em conjunto as metas da Companhia.

Seque o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

a. Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas

Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Angico.

b. Riscos de mercado: taxa de câmbio, inflação e taxas de juros;

Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, entre outros.

c. Risco de liquidez: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, todas as obrigações originadas da Construção da usina já foram quitadas, e o financiamento do empreendimento junto ao banco já está em fase de amortização.. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações relacionadas a sua operação e manutenção.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos, excluindo comissão de fiança	4.817	9.637	69.279
Partes relacionadas	102		
Arrendamentos	158	156	2.418
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos, excluindo comissão de fiança	3.603	9.413	69.761
Fornecedores	4.339		
Partes relacionadas	140		
Arrendamentos	153	142	2.405

d. Risco regulatório:

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Algumas alterações no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total dos empréstimos, excluindo comissão de fiança (Nota 12)	83.733	82.777
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.089)	(11.764)
(-) Caixa restrito	<u>(2.599)</u>	<u>(2.570)</u>
Dívida líquida (a)	72.045	68.443
Total do patrimônio líquido	<u>53.866</u>	<u>57.565</u>
Total do capital (b)	<u>125.911</u>	<u>126.008</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	<u>57,22</u>	<u>54,32</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- i. Mensurados ao custo amortizado.
- ii. Valor justo por meio do resultado

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais.

As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia classificou assim seus instrumentos financeiros ativos e passivos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mensurados ao custo amortizado		
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	9.089	11.764
Caixa restrito (Nota 7)	2.599	2.570
Contas a receber (Nota 8)	3.925	4.381
Partes relacionadas (Nota 9)	<u>2.674</u>	<u>5.348</u>
	<u>18.287</u>	<u>24.063</u>
<u>Passivos</u>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	78.691	80.075
Fornecedores (Nota 11)		4.339
Partes relacionadas (Nota 10)	<u>102</u>	<u>140</u>
	<u>78.793</u>	<u>84.554</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar (Nota 13)	<u>2.732</u>	<u>2.700</u>
	<u>2.732</u>	<u>2.700</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	4	4
Bancos conta movimento (i)	24	9
Aplicações financeiras (ii)	<u>9.061</u>	<u>11.751</u>
	<u>9.089</u>	<u>11.764</u>

- (i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) As aplicações financeiras são referentes a ContaMax mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2020 é de 9,1% do CDI a.a. (2019 –5% do CDI a.a.).

7. Caixa restrito

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A	<u>2.599</u>	<u>2.570</u>
	<u>2.599</u>	<u>2.570</u>

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2020 é de 47,8% do CDI a.a (2019 – 82,7% do CDI a.a.).

8. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	3.925	4.334
Get Comercializadora de energia	<u> </u>	<u>47</u>
	<u>3.925</u>	<u>4.381</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2020 refere-se a receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2020 no valor de R\$ 2.075, liquidada em janeiro de 2021, a diferença entre a receita contratual e a receita entregue dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro no montante de R\$ 1.848 e ao saldo da energia do 3º ano contratual no montante total de R\$ 2 a ser liquidado em 12 parcelas.

A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente.

9. Partes relacionadas

<u>Ativo</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Malta Energias Renováveis S.A. (i)	<u>2.674</u>	<u>5.348</u>
	<u>2.674</u>	<u>5.348</u>

- (i) O saldo dessa conta refere-se a transferências entre as Companhias Malta Energias Renováveis S.A. e Angico Energias Renováveis S.A., para pagamento de valores provenientes do contrato com a Companhia WEG Equipamentos. Contrato único e comum das duas Companhias em virtude da construção e montagem das Usinas Fotovoltaicas, Subestação e Linha de Transmissão, no mesmo local.

<u>Passivo</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Proton Energy Participações (i)	<u>102</u>	<u>140</u>
Passivo circulante	<u>102</u>	<u>140</u>

- (i) Saldo desta conta refere-se a reembolso de despesas de 2020 pagos em janeiro de 2021.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, incluindo os Diretores Estatutários, e o Conselho da Administração, todos os administradores da Companhia, possuem remuneração paga ou a pagar registrada na Holding, a Proton Participações.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Imobilizado

	Gerador Fotovoltaico (i)	Direito de uso de arrendamento (ii)	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Outras máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo inicial	122.516		27	5	50	122.598
Aquisições	1.906	2.754				4.660
Transferências						
Depreciação	<u>(3.808)</u>	<u>(95)</u>	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>(3.916)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>120.614</u>	<u>2.659</u>	<u>20</u>	<u>4</u>	<u>45</u>	<u>123.342</u>
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	124.422	2.754	27	5	50	127.258
Depreciação acumulada	<u>(3.808)</u>	<u>(95)</u>	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>(3.915)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>120.614</u>	<u>2.659</u>	<u>20</u>	<u>4</u>	<u>45</u>	<u>123.342</u>
Em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	120.614	2.659	20	4	45	123.342
Aquisições		90				90
Depreciação	<u>(3.863)</u>	<u>(98)</u>	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>(3.974)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>116.751</u>	<u>2.651</u>	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>40</u>	<u>119.458</u>
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	125.375	2.844	34	5	50	128.308
Depreciação acumulada	<u>(8.624)</u>	<u>(193)</u>	<u>(21)</u>	<u>(2)</u>	<u>(10)</u>	<u>(8.850)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>116.751</u>	<u>2.651</u>	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>40</u>	<u>119.458</u>
Taxa de depreciação	3,08%	347 meses	20%	10%	10%	

O acréscimo de imobilizado decorrente do CPC 06 não apresenta efeito em caixa, portanto não está demonstrado na DFC.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da ANEEL que compreende o período de 2 de março de 2016 a 2 de março de 2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. Em dezembro de 2019 foram contabilizados complementos dos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados a taxa de 3,19% para que se cumpra o mesmo prazo de outorga da Aneel.
- (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalada a Usina Fotovoltaica. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 347 meses previsto no contrato de arrendamento. Em janeiro de 2020 o valor do arrendamento mensal foi atualizado conforme IPCA (índice de preços ao consumidor amplo) o que resultou em um aumento de R\$ 90 no direito de uso.

11. Fornecedores

	<u>2019</u>
Tokio Marine S.A.	109
Weg Equipamentos Elétricos S/A (i)	4.215
Outros	15
	<u>4.339</u>

- (i) Saldo a pagar referente Construção da Usina cuja liquidação foi realizada em fevereiro e maio de 2020 após a liberação da última parcela do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, bem como da emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento.

12. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento Banco do Nordeste	4.817	78.916	3.603	79.174
(-) Comissão de fiança a apropriar	(219)	(4.823)	(205)	(2.498)
Total financiamento	<u>4.598</u>	<u>74.093</u>	<u>3.398</u>	<u>76.676</u>

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R\$ 86.476 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de IPCA + 1,3788%. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu a título de liberação por parte da instituição financeira o total de R\$ 81.976. Em 4 de novembro de 2020 foi feita a devolução de R\$ 1.000 referente saldo não utilizado na construção da usina.

O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais com vencimento iniciado em 15 de junho de 2020 e vencimento final em 15 de maio de 2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 27 de abril de 2018 e término em 15 de maio de 2020, foram pagos juros em base trimestral. Em 2020 foram pagos R\$ 2.356 (R\$ 3.117 em 2019) a título de juros de carência.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No âmbito de políticas com o objetivo de mitigar efeitos da pandemia do Novo Coronavírus, foi oferecida pelo BNB às empresas, a opção pela suspensão temporária as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020 dos pagamentos de principal e juros dos seus respectivos contratos de financiamento.

Em todos os casos, os pagamentos suspensos serão capitalizados e incorporados ao saldo de principal, não havendo penalidades ou quaisquer alterações nas condições de taxas de juros e prazos de vencimento dos contratos de financiamento.

O contrato de financiamento já teve sua amortização e pagamento de juros retomados, conforme períodos de suspensão indicados.

Os montantes de não circulante excluindo comissão de fiança, têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2020</u>
2022	4.818
2023	4.818
2024	4.818
A partir de 2025	<u>64.462</u>
	<u><u>78.916</u></u>

Garantias financeiras

As garantias dos financiamentos, são as usuais a um Project Finance, incluindo: cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, e carta de fiança bancária correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB.

Covenants financeiros

A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação da dívida líquida, excluindo comissão de fiança:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos de curto prazo	4.817	3.603
Empréstimos de longo prazo	<u>78.916</u>	<u>79.174</u>
Total da dívida, excluindo comissão de fiança	<u>83.733</u>	<u>82.777</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(9.089)	(11.764)
Títulos e valores mobiliários	<u>(2.599)</u>	<u>(2.570)</u>
Dívida líquida, excluindo comissão de fiança	<u>72.045</u>	<u>68.443</u>

	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Caixa restrito</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	65.193	(4.832)	(1.964)	58.397
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Liberação de empréstimos	17.119			17.119
Apropriação de juros	3.582			3.582
Pagamento de juros	(3.117)			(3.117)
Outras		(6.932)	(606)	(7.538)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	<u>82.777</u>	<u>(11.764)</u>	<u>(2.570)</u>	<u>68.443</u>
	<u>Empréstimos bancários</u>	<u>Caixa e equivalentes</u>	<u>Caixa restrito</u>	<u>Dívida líquida</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	82.777	(11.764)	(2.570)	68.443
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Devolução de saldo	(1.000)			(1.000)
Apropriação de juros	4.312			4.312
Pagamento de juros	(2.356)			(2.356)
Outras		2.675	(29)	2.646
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	<u>83.733</u>	<u>(9.089)</u>	<u>(2.599)</u>	<u>72.045</u>

13. Passivos de arrendamento

Em 1º de dezembro de 2017 a Companhia celebrou contrato de locação reconhecido como operação de arrendamento mercantil cujo prazo é de 30 anos (dezembro de 2017 a dezembro de 2047). O contrato possui cláusula de atualização monetária anual do valor do aluguel, com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA).

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 3,75% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Em janeiro de 2020 o valor do arrendamento mensal foi atualizado conforme IPCA (índice de preços ao consumidor amplo) o que resultou em um aumento de R\$ 90 no passivo.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Composição dos arrendamentos a pagar		
Saldo em 31/12/2019	2.700	2.754
Adições contratos de arrendamento (reajuste anual IPCA)	90	
Pagamentos do exercício	(161)	(156)
Juros apropriados sobre arrendamentos	<u>103</u>	<u>102</u>
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2020	<u>2.732</u>	<u>2.700</u>
Passivo circulante	158	153
Passivo não circulante	2.574	2.547
Resultado de arrendamento de contratos		
Amortização de direito de uso	101	95
Juros apropriados sobre arrendamentos	<u>103</u>	<u>102</u>
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	204	197

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2020</u>
2022	156
2023	156
2024	156
A partir de 2025	<u>2.106</u>
	<u>2.574</u>

14. Obrigações tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS - Programa de integração social a recolher	42	48
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	194	224
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	29	24
IRRF – Imposto de renda retido na fonte a recolher	8	39
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido retido na fonte a recolher		18
ISS – Imposto sobre serviço a recolher	2	88
Outros	<u>5</u>	<u>1</u>
	<u>280</u>	<u>442</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital subscrito da Companhia era de R\$ 60.010, sendo R\$ 52.888 totalmente integralizado e R\$ 7.122 a integralizar, divididos em 60.010 quotas com valor nominal de R\$ 1 cada uma. Em 6 de outubro de 2020 conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária, o capital foi reduzido em R\$ 1.900, resultando em um novo montante de capital subscrito de R\$ 58.110, sendo R\$ 50.988 totalmente integralizado e R\$ 7.122 a integralizar, divididos em 58.110 quotas com valor nominal de R\$ 1 cada uma.

A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2020:

<u>Composição</u>	<u>Participação (%)</u>
Proton Energy Participações S.A.	100,00

b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social.

Do saldo, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>2020</u>
Lucro líquido	<u>7.962</u>
Base de cálculo da reserva legal	7.962
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(398)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>7.564</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(1.891)

Durante o exercício de 2020 foram pagos o montante de R\$ 9.327 a título de dividendos, sendo R\$ 4.370 referente a reserva de lucros de 2019 e R\$ 3.500 referente a dividendos intermediários deliverados pela administração.

16. Receita líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de vendas	23.740	22.778
(-) Pis sobre vendas	(154)	(148)
(-) Cofins sobre vendas	<u>(712)</u>	<u>(683)</u>
Receita líquida	<u>22.874</u>	<u>21.947</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custo de operação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Compra de energia		363
Depreciação e amortização	3.965	3.906
Encargos setoriais - TUSD	1.565	1.440
Taxa Aneel	85	
Operação e manutenção	793	
Licenças ambientais	36	
Outros custos operacionais	136	
	<u>6.580</u>	<u>5.709</u>

18. Despesas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas administrativas (i)	586	550
Serviços de terceiros (ii)	1.405	780
Despesas tributárias	22	134
Despesas com pessoal (iii)	1.151	371
	<u>3.164</u>	<u>1.835</u>

(i) Despesas administrativas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguel	55	45
Energia elétrica, água	1	1
Manutenção e limpeza	24	49
Despesas com veículos	11	9
Materiais de escritório	3	3
Conduções e transportes		6
Taxas associação de classe	7	6
Depreciações	12	13
Legais e judiciais	29	78
Multas		9
Comunicação	15	82
Viagens	44	58
Seguros	206	145
Despesas bancárias	144	5
Materiais de informática	11	11
Despesas diversas	24	30
	<u>586</u>	<u>550</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Serviços de terceiros:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Honorários advocatícios	141	126
Honorários de auditoria	32	21
Honorários de contabilidade	135	229
Serviço de recrutamento e seleção	28	41
Serviços prestados pessoa jurídica (a)	<u>1.069</u>	<u>363</u>
	<u>1.405</u>	<u>780</u>

(a) A alteração do critério de rateio para reembolso a sócia Proton Participações, que resultou em valor maior do que no ano anterior em virtude de percentual maior e alterações na estrutura administrativas e novas contratações.

(iii) Despesas com pessoal:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários (a)	845	445
Participação lucros e resultados	247	
Férias (b)		(77)
INSS (b)		(22)
FGTS (b)		(6)
Assistência médica	38	15
Vale refeição	<u>21</u>	<u>16</u>
	<u>1.151</u>	<u>371</u>

(a) Valores apropriados conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações S.A. O critério de rateio de despesas sofreu alteração em virtude de revisão de percentuais e aumento de pessoas na equipe da Proton Participações.

(b) Valores credores referente transferência de funcionário para Companhia Proton Energy Participações S.A. em janeiro de 2019.

19. Outras receitas

No dia 16 de março de 2019 ocorreu um sinistro no eletrocentro 7 da Usina e o montante de R\$ 611 refere-se aos lucros cessantes proporcionais aos dias, que o equipamento ficou parado sem operação. Estes foram restituídos em favor da Angico, conforme cobertura da apólice vigente.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento com aplicação financeira	98	271
Despesas Financeiras		
Despesas com empréstimos e financiamentos	(4.312)	(3.582)
Despesas financeiras com arrendamento	(103)	(102)
Outras despesas	(357)	(222)
	<u>(4.772)</u>	<u>(3.906)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.674)</u>	<u>(3.635)</u>

21. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de vendas (i)	28.843	20.244
Presunção imposto de renda – 8%	2.307	1.619
Receitas financeiras	709	237
Base de cálculo IRPJ	3.016	1.856
Imposto de renda: 15%	452	278
Adicional do imposto de renda: 10%	278	162
Total de IRPJ (ii)	730	440
Presunção contribuição social – 12%	3.461	2.429
Receitas Financeiras	709	237
Base de cálculo CSLL	4.170	2.666
Contribuição social: 9% (iii)	375	240
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	<u>1.105</u>	<u>680</u>

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 16.
- (ii) Para cálculo das receitas financeiras foi utilizada os rendimentos de aplicação financeira e recebimento de sinistro de seguro

22. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

22.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

22.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

22.3 Caixa restrito

Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

22.4 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico– MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012.

Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado.

22.5 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

22.6 Provisão para desmobilização

A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2020, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo.

22.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

22.8 Arrendamentos operacionais

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes aos terrenos nos quais estão as instalações da sua Usina Fotovoltaica.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e em sua maioria estão relacionados com o prazo do contrato de fornecimento de energia. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos fluxos de contraprestações fixas (incluindo pagamentos fixos na essência). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

A Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). Os impactos na demonstração de resultados estão demonstrados na Nota 13.

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

22.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

22.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.11 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia – CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER.

Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa.

22.12 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações.

22.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

22.14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R\$ 60.000 trimestrais, perfazendo R\$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente.

22.15 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22

A Companhia avalia a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais quando são adotados tratamentos fiscais incertos, em virtude de quaisquer procedimentos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia, não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

Angico Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2020 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Riscos operacionais	118.532
Lucro cessante	26.022
Responsabilidade civil	10.000

24. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* *